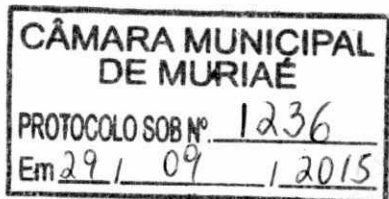




CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei nº / 2015



ESTABELECE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ -
ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA A LEGISLATURA DE 2017 A 2020

Vous.

A Câmara Municipal de Muriaé aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei, através de iniciativa legislativa da Mesa desta Casa, com base no Art. 69 da Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Muriaé, para a Legislatura de 2017 a 2020, que se iniciará em 1º (*primeiro*) de janeiro de 2017, fica fixado no valor de **R\$ 1.000,00** (*um mil reais*).

Art. 2º. O valor constante do Art. 1º (*primeiro*) desta lei será reajustado anualmente, excluído o ano de 2017, sempre no mês de janeiro, pela variação acumulada do INPC/IBGE, dos meses de janeiro a dezembro do ano anterior, para a recomposição do seu valor aquisitivo;

Art. 3º. Ao valor constante do Art. 1º (*primeiro*) desta lei fica vedado o acréscimo de quaisquer gratificações, adicionais, abonos, prêmios, verbas de representação ou qualquer outra espécie remuneratória;

Art. 4º. No mês de dezembro de cada ano os Vereadores farão jus, a título de indenização, à importância correspondente aos subsídios fixados através do Art. 1º (*primeiro*) desta lei, proporcionalmente aos dias de efetivo comparecimento do vereador às sessões deliberativas realizadas até o dia 30 de novembro de cada ano;

Art. 5º. O Suplente de Vereador que for eventualmente convocado receberá, a partir da data da posse, o subsídio a que tiver direito o vereador em exercício, observando-se a proporcionalidade dos dias em que exercer o mandato;

Parágrafo Único – O Suplente de Vereador somente terá direito à indenização a que se refere o **Art. 4º** (*quarto*) desta Lei, caso o seu período de exercício total no ano seja superior a 90 (*noventa*) dias, observando-se a respectiva proporcionalidade;



CAMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

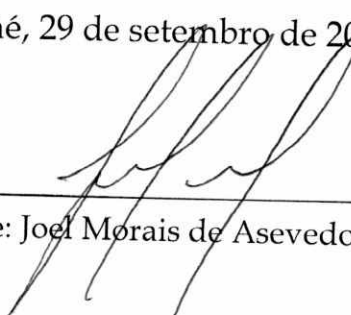
ESTADO DE MINAS GERAIS


Art. 6º. O Vereador que ocupar o cargo de Secretário Municipal poderá optar pela remuneração daquele cargo, sendo vedado o pagamento de quaisquer acréscimos, exceto aqueles decorrentes do pagamento de suas vantagens pessoais, quando o então Vereador, eventualmente, ocupante do cargo de Secretário Municipal, for também ocupante de cargo efetivo no Município;


Art. 7º. O valor constante do Art. 1º (*primeiro*) desta lei, já fixado no valor máximo, poderá, eventualmente, ser reduzido, mesmo que temporariamente, por ato do Presidente da Câmara Municipal, com a finalidade de adequar as despesas à capacidade econômica deste Poder.


Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros sendo produzidos a partir de 1º (*primeiro*) de janeiro de 2017.


Muriaé, 29 de setembro de 2015.


Presidente: Joel Moraes de Azevedo Junior


1º Vice-Presidente: Ademar Camerino


2º Vice-Presidente: José Harold Ferreira Jr.


1º Secretário: Devail Gomes Correa


2º Secretário: Wolney Gonçalves de Oliveira